

ATA DE ANÁLISE E JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Chamamento Público nº 001/2025 – Terceiro Setor

III – DO MÉRITO

III.1 – Da decisão recorrida e da sua fundamentação no Edital

Conforme registrado na **Ata de Análise e Julgamento das Propostas**, a proposta apresentada pela Organização da Sociedade Civil **Serviço de Obras Sociais – SOS** foi **desclassificada** por apresentar valor global incompatível com o valor estimado definido pela Administração.

Tal decisão encontra respaldo direto no **item 7.4.7 do Edital**, que dispõe expressamente:

“d) com valor incompatível com o objeto da parceria, a ser avaliado pela Comissão de Seleção à luz da estimativa realizada e de eventuais diligências complementares, que ateste a inviabilidade econômica e financeira da proposta, inclusive à luz do orçamento disponível.”

A Ata de julgamento consignou de forma objetiva que o valor proposto pela recorrente extrapolou o valor de referência fixado no **Termo de Referência**, razão pela qual a desclassificação observou estritamente os critérios previamente estabelecidos no instrumento convocatório.

III.2 – Da fase própria para pedidos de esclarecimentos e impugnação ao Edital

O Edital do Chamamento Público nº 001/2025 previu de maneira clara e expressa fase específica para questionamentos ao seu conteúdo, conforme disposto no **item 10.1.2**, nos seguintes termos:

“Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital até **10 (dez) dias úteis antes da data** fixada para a abertura dos envelopes, de forma eletrônica, pelo *email*: dir.financas@aracoiaba.sp.gov.br.
10.2.1. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de **10 (dez) dias da data-limite** para abertura dos envelopes, exclusivamente de forma eletrônica, pelo *email*: dir.financas@aracoiaba.sp.gov.br.”

O referido dispositivo evidencia que eventual alegação de erro, omissão ou inconsistência no Edital ou no Termo de Referência deveria ter sido formalizada **no prazo próprio**, sob pena de preclusão administrativa.

III.3 – Da impossibilidade de impugnação tardia em sede recursal

O recurso administrativo possui finalidade específica e delimitada, conforme previsto no **item 7.6 do Edital**, que assim estabelece:

“**7.6.1.** Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão (art. 59 da Lei nº 9.784, de 1999). Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.”

Nota-se que o recurso se destina à revisão da decisão proferida **com base nas regras do Edital**, não se prestando à rediscussão do próprio instrumento convocatório.

A tentativa da recorrente de apontar suposto erro no valor estimado somente após a fase de julgamento das propostas configura **impugnação extemporânea**, vedada pelo ordenamento jurídico e pelo próprio Edital, sob pena de violação aos princípios da:

vinculação ao instrumento convocatório;

isonomia entre os participantes;

julgamento objetivo;

segurança jurídica.

III.4 – Da vinculação da Comissão ao Edital e da manutenção da desclassificação

Nos termos do **ANEXO I DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA do Edital**, a participação no chamamento implica aceitação integral de suas regras.

Dessa forma, ao optar por participar do certame sem apresentar impugnação tempestiva, a recorrente aderiu plenamente às condições editalícias, inclusive quanto ao valor de referência adotado pela Administração.

A Comissão de Seleção, portanto, **não possui discricionariedade** para afastar ou relativizar regras do Edital na fase recursal, razão pela qual a decisão de desclassificação deve ser integralmente mantida.

IV – DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Comissão de Seleção, com fundamento:

Nos **itens do Edital de Chamamento Público nº 001/2025**; na **Lei nº 13.019/2014**; e nos princípios da legalidade, isonomia, julgamento objetivo, vinculação ao instrumento convocatório e segurança jurídica, **OPINA, POR UNANIMIDADE, PELO INDEFERIMENTO DO RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELO SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS – SOS**, mantendo-se integralmente a decisão que desclassificou sua proposta.

Encaminhe-se ao Prefeito para análise e decisão.

Araçoiaba da Serra, 09 de janeiro de 2026.

ALAÍSE APARECIDA DOS SANTOS

MEMBRO

AMANDA DE CÁSSIA ARAÚJO GUERRA

MEMBRO

TATIANA SOARES ROCHA

MEMBRO

TIAGO VIEIRA MESQUITA

MEMBRO

VINICIUS AYUB DE CAMPOS ABRAME

MEMBRO



MUNICÍPIO DE ARAÇOIABA DA SERRA

AVENIDA LUANE MILANDA OLIVEIRA, Nº 600 - JARDIM SALETE - CNPJ: 46.634.069/0001-78

ARACOIABA DA SERRA/SP - CEP 18.190-000

FONE: (15) 3281-7000



CÓDIGO DE ACESSO

BE6A09A610E94904A4F3371D1961CAE2

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

- ✓ Assinante: TATIANA SOARES ROCHA em 09/01/2026 15:30:36
CPF:***.***.068-03
Certificadora: MUNICÍPIO DE ARAÇOIABA DA SERRA - ROOT
- ✓ Assinante: AMANDA GUERRA em 09/01/2026 15:32:38
CPF:***.***.658-00
Certificadora: MUNICÍPIO DE ARAÇOIABA DA SERRA - ROOT
- ✓ Assinante: TIAGO VIEIRA MESQUITA em 09/01/2026 15:34:14
CPF:***.***.008-99
Certificadora: MUNICÍPIO DE ARAÇOIABA DA SERRA - ROOT
- ✓ Assinante: VINICIUS AYUB DE CAMPOS ABRAME em 09/01/2026 16:36:30
CPF:***.***.728-27
Certificadora: MUNICÍPIO DE ARAÇOIABA DA SERRA - ROOT
- ✓ Assinante: ALAISE APARECIDA DOS SANTOS em 09/01/2026 17:07:29
CPF:***.***.208-05
Certificadora: MUNICÍPIO DE ARAÇOIABA DA SERRA - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://aracoiabadaserra.flowdocs.com.br/public/assinaturas/BE6A09A610E94904A4F3371D1961CAE2>